

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

Carlos Augusto Ferreira  
Secretário Municipal

### **EQUIPE TÉCNICA**

Claudinei Braz da Silva  
Contador - Diretor de Orçamento

Wagner Henrique Yoshimi Nishimura  
Contador

Claudia Michelli França  
Analista Municipal - Contabilidade

Caio Ogasawara Yamamoto  
Coordenador de Planejamento Orçamentário

Carmen Lucia da Silva  
Coordenadora de Acompanhamento Orçamentário

Camila Dantas Braz  
Coordenadora de Execução e Alterações Orçamentárias

Av. XV de Novembro, 701  
Paço Municipal Silvio Magalhães Barros – 1º. Andar  
CEP: 87.013-230 – Maringá - PR  
Fones: (044) 3221-1341 e 3221-1346  
e-mail: [orcamento@maringa.pr.gov.br](mailto:orcamento@maringa.pr.gov.br)  
[www.maringa.pr.gov.br](http://www.maringa.pr.gov.br)



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**Ata da Audiência Pública**  
**Apresentação PPA 2026-2029 e LOA2026**

Ata da Audiência Pública, realizada no dia vinte e três do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15 (quinze) horas, no Auditório Hélio Moreira, anexo ao Paço Municipal, com transmissão ao vivo pelo Canal do YouTube da Prefeitura do Município de Maringá. A presente Audiência Pública teve como finalidade a apresentação e discussão da proposta de elaboração do Plano Plurianual 2026-2029 e da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026. O Contador Claudinei Braz da Silva, Diretor de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou a abertura da audiência agradecendo a presença de todos e informou que o evento trata da elaboração do Plano Plurianual (vigência 2026 a 2029) e da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026. Em seguida passou a palavra para o Secretário Municipal de Fazenda, Carlos Augusto Ferreira, que primeiramente agradeceu a presença de todos os presentes e aos que acompanhavam remotamente, ressaltou a importância do momento, por ser o primeiro orçamento elaborado pela atual gestão, que contemplará atividades relevantes e necessárias para atender Maringá. O Secretário alertou para eventos e fenômenos importantes que influenciarão o orçamento de 2026, como a aprovação da PEC 66/2023, (Precatórios) que tem impacto direto no tema dos precatórios em todo o território nacional, informou sobre possíveis alterações na legislação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) que está em discussão no Congresso Nacional, e, caso a lei seja aprovada no próximo ano haverá impacto negativo direto na arrecadação do imposto, no entanto o Secretário destacou que esse impacto já está contemplado na proposta de lei orçamentária para 2026, outro tema que também foi contemplado no projeto de lei, é referente à Convenção Coletiva do Transporte Público (TCCC), que inclui as despesas com plano de saúde para motoristas, cobradores e demais colaboradores. Por fim enfatizou que a gestão de Silvio Barros está feliz em apresentar a LOA 2026, tendo procurado cercar todas as possibilidades para evitar desvios relevantes no exercício. Em seguida passou a palavra para o Sr. Claudinei, que destacou que esta seria a décima primeira audiência pública do ano sobre a elaboração das peças orçamentárias, sucedendo 10 audiências realizadas no formato "orçamento cidadão", sendo cinco em abril para a LDO e cinco em junho para a LOA, sendo essa mais uma oportunidade para a população participar e apresentar

1



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

demanda e sugestões ao final da apresentação. Em seguida demonstrou que foi dada a devida publicidade e divulgação para todos participarem da audiência, citou a legislação e normas que norteiam a elaboração das pelas orçamentárias. Ato contínuo apresentou os conceitos do PPA, LOA e LDO, explicou sobre o monitoramento, avaliação e revisão do PPA, bem como os prazos legais de envio dos projetos de lei à Câmara Municipal. Demonstrou e explicou brevemente os anexos que acompanham o projeto de lei do PPA. Com relação à projeção da receita, apresentou um quadro com os valores estimados para 2025 a 2029, destacou que a estimativa da receita para 2026 é de R\$ 3.562.003.907, (três bilhões, quinhentos e sessenta e dois milhões, três mil, novecentos e sete reais, 5,56% a mais que o orçado para 2025. O secretário Carlos Augusto pediu o uso da palavra para comentar a respeito da aprovação de lei estadual que trata da redução do valor do IPVA para o exercício de 2026, e a estimativa é uma redução de 101 milhões de reais no repasse estadual para Maringá. De volta com a palavra, o Sr. Claudinei , demonstrou a relação dos programas de governo, totalizando 26, e a alocação dos recursos financeiros em cada programa, o programa com maior alocação é Maringá Saudável (Secretaria de Saúde), com mais de R\$ 877 milhões. Em seguida apresentou as principais obras previstas no PPA com foco nas que constarão na LOA 2026, sendo a construção/reforma de unidades habitacionais no valor de R\$ 7.514.135,00, construção/ampliação/reforma de UBS no valor de R\$ 4.401.183,00, construção/ampliação/ou reforma de unidades de média e alta complexidade no valor de R\$ 10.868.025,00, reforma do hospital municipal no valor de R\$ 8.154.054,00, construção/ampliação/reforma de CMEIS no valor de R\$ 11.050.000,00, construção/ampliação/reforma de escolas no valor de R\$ 12.923.762,00, infraestrutura turística no valor de R\$ 1.132.896,00, Centro de Eventos Oscar Niemeyer no valor de R\$ 5.000.000,00, implantação do restaurante popular no valor de R\$ 2.000.000,00, construção/ampliação/reforma para a rede de proteção social básica e especial ao idoso no valor de R\$ 9.500.000,00, construção para a rede de proteção social especial a criança e adolescente no valor de R\$ 3.800.000,00, construção/ampliação/reforma para a rede de proteção básica e especial à família, no valor de R\$ 1.081.182,00, implantação de galerias pluviais e execução de pavimentação asfáltica no valor de R\$ 31.070.364,00, implantação de ciclovias no valor de R\$ 2.000.000,00 e melhorias no aeroporto no valor de R\$ 100.156.795,00, implantação do Eixo Monumental no valor de R\$ 7.000.000,00, infraestrutura para parques e áreas industriais no valor de R\$

3



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

11.123.000,00, construção para a rede de proteção especial à criança e adolescente no valor de R\$ 7.179.703,00, melhorias em parques, bosques e áreas verdes no valor de R\$ 2.130.000,00 e melhorias de recursos hídricos no valor de R\$ 1.300.000,00. Na sequência explanou sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, explicando os conceitos, objetivos e prazos para envio à Câmara Municipal, frisou que a LOA deve conter apenas matérias relacionadas à previsão da receita e à fixação da despesa, mantendo o equilíbrio orçamentário. Em seguida apresentou o resumo da proposta orçamentária consolidada, no montante de 3.562.003.07,00, sendo a receita para a prefeitura no valor de R\$ 3.150.223.793,00 e a receita da Maringá Previdência no valor de R\$ 411.780.114,00, para as despesas, o total das despesas da prefeitura ficou em R\$ 2.812.650.399,00, da Câmara Municipal R\$ 82.158.007,00, da Maringá Previdência R\$ 638.922.114,00, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá R\$ 5.785.173,00, da Agência Maringaense de Regulação R\$ 2.176.035,00 e do Instituto Ambiental de Maringá R\$ 20.312.179,00. Em seguida foi apresentado o demonstrativo da receita por categoria econômica e origem, destacando o valor da estimativa de receita de R\$ 3.562.003.907,00 que comparado com o valor orçado em 2025 apresenta um crescimento de 9,41%, apresentou também o detalhamento da receita por fontes de recursos. Com relação ao detalhamento da despesa, foram apresentados os seguintes valores: Câmara Municipal com R\$ 82.158.007,00; Chefia de Gabinete do Prefeito com R\$ 8.978.541,00; Procuradoria Geral do Município com R\$ 98.989.705,00; Secretaria Municipal de Governo com R\$ 11.297.064,00; Secretaria Municipal de Logística e Compras com R\$ 21.955.193,00; Secretaria Municipal de Fazenda com R\$ 213.732.584,00; Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação com R\$ 20.518.813,00; Secretaria Municipal de Saúde com R\$ 877.768.108,00; Secretaria Municipal de Educação com R\$ 650.706.600,00; Secretaria Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal com R\$ 6.336.14,00; Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana com R\$ 86.078.264,00; Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Turismo com R\$ 17.930.246,00; Secretaria Municipal de Assistência Social, Política Sobre Drogas e Pessoa Idosa com R\$ 97.108.805,00; Secretaria Municipal de Cultura com R\$ 28.585.235,00; Secretaria Municipal de Esportes e Lazer com R\$ 36.420.097,00; Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres com R\$ 5.356.509,00; Secretaria Municipal de Compliance e Controladoria com R\$ 3.777.962,00; Secretaria Municipal de Infraestrutura com R\$ 120.067.585,00; Secretaria Municipal de Obras Públicas com R\$



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

161.971.341,00; Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas com R\$ 84.551.070,00; Secretaria de Segurança Municipal com R\$ 66.990.472,00; Secretaria Municipal de Limpeza Urbana com R\$ 109.075.229,00; Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos e Institucionais com R\$ 1.937.287,00; Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar com R\$ 23.188.098,00; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros com R\$ 470.873,00; Maringá Previdência com R\$ 638.922.114,00; Secretaria Municipal de Juventude e Cidadania com R\$ 10.268.978,00; Secretaria Municipal de Comunicação com R\$ 8.466.197,00; Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente com R\$ 20.104.990,00; Agência Maringá de Tecnologia e Inovação com R\$ 18.194.441,00; Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência com R\$ 1.823.996,00; Agência Maringaense de Regulação – AMR com R\$ 2.176.035,00; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM com R\$ 5.785.173,00; e o Instituto Ambiental de Maringá com R\$ 20.312.179,00. Na sequência apresentou a Despesa Consolidada por Grupo de Despesa no valor de R\$ 3.562.003.907,00. Continuando apresentou algumas regras constitucionais como, os mínimos de aplicação em Educação e Saúde, demonstrando que em Educação ficou alocado o percentual de 25,04% da receita de impostos e transferências de impostos e na Saúde 20,58% e que o repasse para à Câmara Municipal que pode ser de até 5% da receita tributária e transferências, ficou alocado o valor de R\$ 82.158.007,00 com o percentual de 4,53%. Foi apresentada a projeção de gasto com pessoal do Poder Executivo em R\$ 1.370.947.905,00, representando índice de 48,01% e o Poder Legislativo com R\$ 57.814.190,00 e índice de 2,02%. Na sequência foram apresentados os recursos alocados no Orçamento Criança no montante de R\$ 955.741.228 e o orçamento Idoso de R\$ 213.615.351,00. Em seguida, apresentou algumas informações relacionadas ao Orçamento Cidadão, que contou com a participação de 540 pessoas preenchendo o formulário, e o resultado da pesquisa com as principais demandas da população, sendo segurança pública, educação, saúde, pavimentação e recape e iluminação pública os 5 itens mais demandados pelos participantes e apresentou algumas ações do que já foram realizadas no ano de 2025 relacionais às principais demandas. Finalizando a apresentação, Sr. Claudinei informou que, tanto as informações sobre o orçamento cidadão e a informações mais detalhadas sobre a elaboração do orçamento, como minuta do projeto de lei e slides, estavam disponíveis no Portal da Transparência do Município, disponibilizou os contatos da Diretoria de Orçamento e passou a palavra ao Secretário de

4



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Fazenda que finalizou a apresentação informando que foi um grande desafio acomodar tudo dentro do orçamento, considerando que a despesa é certa e a receita pode ser incerta considerando que podem ocorrer inadimplências e/ou alterações econômicas de qualquer natureza que possam impactar negativamente as finanças públicas, destacou os trabalhos intensos realizados pela Secretaria da Fazenda, no sentido de cobrança de inadimplentes e o uso de inteligência artificial para otimizar serviços, por fim se colocou a disposição para esclarecimentos e agradeceu a todos. Em seguida a palavra ficou aberta aos participantes. Cido Lopes, coordenador dos Conselhos Locais de Saúde, parabenizou a apresentação e questionou se a Câmara Municipal pode alterar valores internos do orçamento sem modificar o total, o Sr. Claudinei informou que sim, desde que informem a origem dos recursos a serem remanejados, o Secretário Carlos Augusto acrescentou que não podem haver ajustes em gastos obrigatórios já comprometidos e determinados pela Constituição. A próxima a fazer o uso da palavra foi Ana Lúcia de Araújo, secretária-geral do SISMMAR, que expressou preocupação com a alocação de R\$ 100 milhões para uma obra do Aeroporto, questionando que Saúde, Educação e Assistência Social — áreas em "colapso" — deveriam ser prioridade. Solicitou um olhar especial para a valorização salarial e a contratação de servidores, mencionou a necessidade de reformas em escolas e CMEIs de Floriano e Iguatemi, bem como a contratação de servidores para esses locais e também reforma e ampliação na UBS Parigot de Souza. Em resposta, Sr. Claudinei informou que os R\$ 100 milhões para o Aeroporto são recursos vinculados de convênio federal, e não recursos livres, não podendo ser usados em outras pastas. Complementando a resposta, o Secretário Carlos Augusto disse que em relação aos servidores, garantiu que a discussão sobre os operacionais continua e que para 2026 a pauta será discutir um plano de carreira, e não um reajuste único, mencionou também o edital para o plano de saúde (tratamentos não cobertos) será lançado que será lançado. Defendeu que o investimento em infraestrutura (Aeroporto) é crucial para construir uma nova matriz econômica, atrair investimentos e gerar impostos, que reverterão em benefícios sociais, por fim destacou que Maringá investe muito acima do mínimo constitucional em Saúde e Educação. Anderson, Assessor Parlamentar da vereadora Ana Lúcia foi o terceiro participante a apresentar sugestões, sendo, a ampliação da ação do subsídio ao transporte coletivo, criar ação específica para fortalecimento da rede de acolhimento à população de rua com alocação de R\$ 18,3 milhões de reais, ampliação das vagas para acolhimento da



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ  
ESTADO DO PARANÁ**

população de rua, instituir programa para manutenção e conserto gratuito de equipamentos de locomoção do SUS e destinação de R\$ 200 mil reais em 2026 para viabilizar estudo técnico de viabilidade da Tarifa Zero no transporte público, criação de ação específica no orçamento para promoção do esporte feminino com ênfase no futebol e ampliação do programa de política habitacional de interesse social e assistência técnica em habitação de interesse social. Em resposta, o Secretário Carlos Augusto afirmou que as sugestões são importantes, e há oportunidade de fazê-las quando do envio do Projeto da LOA para a Câmara, com propostas de emendas com a devida indicação da origem dos recursos. O próximo participante a fazer o uso da palavra foi Aparecido, Presidente do Conselho de Saúde de Maringá, que alertou sobre o alto número de cartões SUS, 1,2 milhão cartões para uma cidade com 500 mil habitantes, sugerindo que grande parte do atendimento é para população de fora. Destacou que 30% das pessoas que agendam consultas não comparecem, gerando desperdício de recurso público. Em resposta, o Secretário reconheceu a gravidade da falta de comparecimento, e que essa prática prejudica pessoas que estão na fila e precisam da consulta. Explicou que o SUS possui caráter universal de acesso à saúde e que Maringá não pode negar atendimento a quem precisa, recebendo repasse federal para essa finalidade. Em seguida, Dora Maria Auxiliadora Pimentel dos Santos, Vice-Presidente do COMAS agradeceu a sensibilidade do Secretário com os moradores de rua. Sugeriu a ampliação de mais 100 vagas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças/adolescentes e o aumento das bolsas da Família Guardiã de 16 para 20. Pediu um olhar mais atento e aprimorado para as instituições de longa permanência para idosos (Lar dos Velhinhos e Wajunkai). Logo na sequência, Telma Gomes, Assistente Social da UEM/Núcleo Regional do Serviço Social, defendeu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Citou que 48 mil famílias estão no Cadastro Único. Defendeu a criação de um programa municipal de transferência de renda para pessoas com renda per capita de até R\$ 218,00 e o aumento no cartão alimentação em valor e quantidade. Pediu mais vagas no Serviço de Convivência para idosos, que atualmente atende apenas 445 de idosos. Solicitou o aumento do cofinanciamento das 36 organizações sociais (entidades), pois o baixo repasse pode levar o município a assumir os serviços com custo triplicado. Finalizou solicitando a contratação de 166 servidores para a rede governamental da Assistência Social e que o orçamento da pasta deveria ser de, no mínimo, 5% do total. Em resposta o Secretário Carlos se solidarizou com o caso e sugeriu a



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

intensificação de campanhas para que cidadãos destinem a restituição do imposto de renda às entidades, como forma de ampliar recursos. Mencionou a dificuldade de algumas entidades em conseguir a comprovação técnica necessária para acessar recursos públicos, agradeceu as contribuições e parabenizou o trabalho. Na sequência, o Professor Pacífico, Vereador, elogiou a profundidade da explanação. Pontuou falhas críticas na rede elétrica do Asilo São Vicente de Paula, que faz com que os idosos necessitem tomar banhos coletivos, mencionou também a falta de espaço de expurgo, pontuou também a falta de acessibilidade em alguns pontos da cidade, a falta de rede de esgoto no Maringá Velho e a deterioração do Centro Esportivo Zona 5. Em resposta o Sr. Claudinei esclareceu que em relação ao Centro Esportivo Zona 5, há previsão no PPA para o período de 2027 a 2029. Por fim, o Secretário Carlos Augusto Ferreira agradeceu a todos, se colocou à disposição para contribuir e informou é sensível a todos os pontos levantados e encerrou a audiência às 16 (dezesseis) horas e 42 (quarenta e dois) minutos. O arquivo de vídeo foi disponibilizado no Canal do YouTube da Prefeitura, contando com 251 visualizações, até o momento em que eu, Wagner Henrique Yoshimi Nishimura, lavro esta ata.

Carlos Augusto Ferreira  
Secretário Municipal de Fazenda

Claudinei Braz da Silva  
Diretor de Orçamento

Wagner Henrique Yoshimi Nishimura  
Contador